

Após críticas, IPE Saúde adia novo modelo de remuneração

FERNANDA POLO

fernanda.polo@zerohora.com.br

Em meio a críticas de hospitais e médicos e ameaças de suspensão de atendimentos, o IPE Saúde adiou em 30 dias o início da vigência do novo modelo de remuneração de hospitais credenciados.

A informação foi fornecida à reportagem de ZH ontem pelo diretor-presidente Paulo Afonso Oppermann. Posteriormente, a instituição solicitará o referendo do Conselho de Administração. Pelos próximos 30 dias, portanto, os atendimentos seguirão normalmente.

A nova tabela remuneratória entraria em vigor a partir desta sexta-feira. Agora, com a extensão do prazo, o objetivo é voltar a procurar alternativas de equilíbrio em que todos fiquem satisfeitos, ainda que sejam necessários mecanismos compensatórios, conforme Oppermann.

O IPE Saúde informou que está propondo modificações nos padrões assistenciais dos seus parceiros, buscando preservar o melhor atendimento possível ao segurado, sem descuidar da operação dos prestadores. Como autarquia pública, há o dever de zelar pela melhor aplicação possível dos recursos, segundo o diretor-presidente.

– Não estamos cogitando a revogação dessas instruções normativas na sua essência, por uma razão simples, não podemos fazer isso. Somos obrigados a cumprir a determinação do serviço público. Somos servidores públicos e temos de seguir as normas dos órgãos reguladores – aponta.

Oppermann cita a determinação da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage) de que não se pode mais compactuar com a comercialização mercantil de remédios, proibição corroborada pela Procuradoria-Geral do Estado. O Ministério Público, por sua vez, abriu inquéritos civis públicos a respeito desse ponto. Ao mudar o modelo assistencial, passaria-se a ter mais transparência e controle nos custos operacionais, defende o presidente do IPE Saúde.

– Isso fará, se não for estabelecido, com que passe a haver risco, inclusive na própria sobrevivência do IPE Saúde – diz, completando:

– O ciclo exige monitoramento e controle. Não estamos falando em lucro, não estamos falando em distribuição de sobras, não estamos falando em valorização de capital.

Prejuízos

Em correspondência ao governador e ao IPE, a Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde do RS (Fehosul) e a Federação das Santas Casas e Hospitais Sem Fins Lucrativos do RS (Federação RS) fizeram duas solicitações: a suspensão da entrada em vigência das instruções normativas e das portarias; e a abertura imediata de um processo de negociação entre o IPE Saúde, as entidades representativas e os hospitais, para buscar solução consensual. O prazo solicitado para manifestação do Estado e da instituição vai até amanhã.

– Estamos aguardando que o governador ou o próprio IPE deem retorno positivo às nossas demandas. Acreditamos que entre hoje (ontem) e amanhã (hoje) receberemos algum aceno do governo, tendo em vista a gravidade da situação e a sensibilidade do governador – afirmou na manhã de ontem Cláudio Allgayer, presidente da Fehosul.

– Nós estamos confiantes no posicionamento do governador, no entendimento dele da importância desse atendimento aos usuários e no compromisso que o governo tem desde o primeiro dia, de garantia de assistência. Estamos esperançosos de que o governo irá suspender a vigência das portarias – acrescentou o presidente da Federação RS, Luciney Bohrer.

Pressão

Antes do adiamento, os atendimentos seguiriam normalmente até quinta-feira. Posteriormente, cada hospital tomaria as medidas que considerasse mais adequadas. Um grupo de 20 instituições, incluindo a Santa Casa de Porto Alegre, ameaçou suspender os atendimentos de pacientes do IPE Saúde, a partir do dia 1º de março, caso o governo do Estado não ampliasse o repasse de recursos a essas entidades.



Tabela estava prevista para entrar em vigor nesta sexta-feira

Hospitais reagem a mudança

Os hospitais reclamam de uma mudança na forma de pagamento do IPE Saúde para medicamentos e materiais hospitalares. Segundo o diretor-geral da Santa Casa de Porto Alegre, Júlio Matos, o IPE utiliza tabela própria de remuneração que retirou o lucro dos hospitais sobre esses insumos hospitalares.

Matos também disse que a retirada do lucro sobre medicamentos e materiais poderia ser suportada pelas entidades, desde que o IPE reajustasse os valores referentes a diárias e taxas. O diretor-presidente do IPE, Paulo Afonso Oppermann, reconhece a situação.

– No momento em que as prestadoras e hospitais estruturam a sua busca de lucro em cima da comercialização de remédios, evidentemente que se a gente pedir que o remédio seja o princípio ativo e não a marca estrangeira que valoriza o remédio, claro, vai ter possível prejuízo – disse, completando:

– O que não quer dizer que não estejamos sensíveis a isso.

Oppermann alega que, se não houver mudança nesse modelo assistencial, não haverá como estruturar o sistema, a não ser com mudanças radicais. Por isso, defende fundamentar a valorização do trabalho dos hospitais e dos prestadores em diárias, taxas e insumos. O IPE alega ter aumentado em 90% as diárias e taxas em grande parte das situações, com a categorização dos hospitais, como forma de remunerá-los adequadamente.

Com o adiamento do início da vigência, a Fehosul espera que se possa chegar a um consenso que atenda as expectativas dos prestadores e mantenha os serviços para os beneficiários. A Federação RS também afirma estar pronta para negociar, mas destaca que é necessário encontrar solução para o impasse, para não enfrentar os mesmos problemas daqui a 30 dias.

Repercussão

MÉDICOS

• O Cremers se solidarizou com as críticas das entidades, pleiteando a atualização dos valores de consultas e procedimentos pagos aos médicos credenciados. Quanto às críticas de que os honorários pagos pelo IPE estariam comprometidos, o instituto destaca que buscou negociações com as categorias. O IPE lista as seguintes mudanças recentes: valorização da consulta em consultório em R\$ 108; valorização da visita hospitalar em 64%; e valorização de procedimentos tidos como defasados em índices de quase 300%.

• O montante de acréscimo de honorário médico chegou a R\$ 140 milhões, diz a instituição.

AUTORIZAÇÃO DE ATENDIMENTO

• As federações alegam que o atendimento a pacientes crônicos que fazem uso de medicamentos contínuos e o tratamento de pacientes oncológicos não estavam mais sendo previamente autorizados pelo IPE Saúde, em função dos novos valores previstos. Alguns hospitais também já não estariam realizando as solicitações. Contudo, o IPE Saúde alega que a informação não procede.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS**Pagina: 13**